



# Pela revogação da Reforma Trabalhista: Se é boa para os patrões, é ruim para os trabalhadores!



A Reforma Trabalhista enviada por Temer e aprovada pelo Congresso Nacional está entre os piores ataques já feitos aos trabalhadores e, se mantida, vai precarizar todas as categorias e relações de trabalho pela intensidade das medidas.

Com uma única lei sancionada ( Lei nº 13.467/2017) foram retirados mais de 100 direitos antes consagrados pela CLT.

Agora passam a vigorar várias formas de contratações precárias, como a terceirização e a jornada intermitente de trabalho- que além de possibilitar jornadas diárias de até 12 horas, deixa o trabalhador à disposição da empresa a qualquer dia e sem salário fixo.

Essa contrarreforma impõe que trabalhadoras grávidas se submetam a ambientes insalubres e retira o acesso à Justiça- já que os trabalhadores terão agora que pagar as custas processuais caso sejam derrotados.

Tal medida é fruto de debates realizados por diversas entidades patronais – como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação Nacional do Transporte (CNT), a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) - que não pouparam elogios e fizeram festejos por sua aprovação.

O patronato se referia à "modernização" nas leis e ao "aumento da segurança jurídica" que significaria o "negociado sobre o legislado" como conquistas. Mas conquistas para quem? Agora com as negociações individuais, com grupos formados por comissões nas empresas e sem uma fiscalização e resistência sindical, os acordos firmados poderão desregular direitos trabalhistas a qualquer momento.

Nossas leis trabalhistas, ainda que limitadas, foram conquistadas a partir de muitas lutas e greves, várias delas pautadas na nossa primeira Greve Geral, em 1917. Não podemos retroceder: é preciso intensificar as lutas para revogar a Reforma Trabalhista e não permitir que esses ataques se concretizem em nossos locais de trabalho.

O SINASEFE está na luta pela revogação da lei das terceirizações, pela revogação da Reforma Trabalhista e contra o golpe: nenhum direito a menos!

**Fora Temer e rumo a uma nova Greve Geral!**





# Barrar a (contra)reforma da previdência: não vamos morrer de trabalhar!



Com a justificativa de ajustar as contas públicas, o governo Temer pretende emplacar mais um ataque aos trabalhadores. A (contra)reforma da previdência nada mais é do que o desmonte da previdência social. Um verdadeiro dismantelo do serviço público para beneficiar, de diversas formas, o empresariado.

Entre as principais mudanças previstas, destaca-se a proposta de exigir a **idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres para se aposentar**. O que já inviabiliza que muitos trabalhadores acessem o benefício em especial as mulheres, sendo necessário trabalhar por 40 anos para se ter a aposentadoria integral, além de acabar com a aposentadoria especial rural.

Para o capital, atacar a previdência é vantajoso de várias formas, como por exemplo:

- aumentando o tempo que trabalhadores devem estar disponíveis para o trabalho,
- reforçando um setor que é altamente rentável para o capital especulativo com a dependência da previdência privada e
- desviando recursos, que deveriam ser empregados para a previdência de todos, para o setor privado.

O propagandeado **rombo da previdência é uma farsa** para convencer os trabalhadores de que não é possível manter as contas do setor. Recente relatório da CPI da previdência comprovou que não existe tal rombo. Levando em conta a previsão constitucional da arrecadação para a Seguridade Social a conta apresentada é de superavit da previdência. Além disso, o falso argumento do rombo não se sustenta diante da omissão do governo na cobrança dos débitos das empresas devedoras da previdência, que somam mais de 426 bilhões de reais.

Entre os principais devedores, destaca-se a presença da JBS que está ligada em diversos escândalos de corrupção envolvendo o Congresso e o Executivo. A empresa deve 1 bilhão 837 milhões de reais e o Bradesco, um dos tubarões da previdência privada do país, deve R\$ 465 milhões.

A tentativa do governo de contar uma mentira várias vezes para convencer a população com campanhas na mídia de que “é preciso fazer a (contra)reforma” não surtiu efeito.

Os trabalhadores não estão se deixando enganar e são contra essas medidas, é preciso ir para os locais de trabalho, mobilizar e dialogar com trabalhadores de outras categorias e construir ações.

É possível barrar esse ataque e revogar os demais: emenda constitucional da morte (EC95), reforma trabalhista e terceirização.

Sempre foi a luta dos trabalhadores que nos assegurou direitos como esses, e é por meio da luta que conseguiremos reconquistá-los!





# Pela revogação da Lei da Terceirização (Lei 13.429/2017)

## Terceirização precariza, adocece e mata!



A promulgação da lei da terceirização foi mais um duro golpe sofrido pelos trabalhadores nos últimos tempos. O projeto de lei, aprovado na surdina, estava engavetado desde 1998, teve movimentação apenas em 2002, sendo colocado em pauta no Congresso em sessão única e sancionado pelo presidente Michel Temer às pressas.

Antes da aprovação do projeto, a terceirização amplamente praticada pelo empresariado e reconhecida pelo Estado e já nos trazia dados alarmantes. De acordo com o DIEESE, um trabalhador terceirizado ganha, em média, 24,7% a menos que o efetivo, mesmo trabalhando em média 3 horas a mais. Possui alto índice de desemprego e rotatividade, não acessa direitos trabalhistas como férias e regulação da jornada de trabalho e em muitos casos esse vínculo frágil é feito sem carteira de trabalho assinada.

Tudo isso é agravado quando se observa o elevado número de adoecimentos, acidentes e óbitos de trabalhadores: 8 em cada 10 acidentes de trabalho ocorre com trabalhadores terceirizados.

Apesar de ser evidente a forma como a terceirização é prejudicial aos trabalhadores, a lógica do lucro acima de tudo, que mobiliza o setor privado e o empresariado, incentivou essa medida de diversas formas. Lobbies, reuniões com os governos e o ingresso de uma série de ações judiciais sobre o tema até a aprovação foram parte da movimentação destes setores.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) cobrou pressa do presidente na sanção da medida, assim que a nova lei foi aprovada. Além disso, várias manifestações públicas de apoio: da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), do Sindicato da Indústria da Construção Civil (SindusCon), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomercio), além da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp), ou seja, das mais diversas entidades patronais.

Comemoram os empresários, sofrem os trabalhadores! A nova legislação precariza ainda mais as relações de trabalho possibilitando:

- a terceirização de atividade-fim, ampla e irrestrita em todas as áreas;
- desobriga a especialização de empresa, assim o trabalhador deverá realizar diversas atividades em diferentes áreas, sem especialização alguma;
- permite a “pejotização”, ou seja uma empresa pode terceirizar a atividade para outras empresas;
- as empresas contratantes não tem a obrigação sequer de oferecer aos trabalhadores terceirizados acesso ao refeitório, nem o mesmo atendimento médico e ambulatorial dado aos demais empregados;
- liberação de contratação de terceirizados em caso de greve.

**Reagir a esse ataque e construir movimentos de unidade,  
solidariedade e atuação conjunta com os trabalhadores terceirizados  
é fundamental nesse momento!**

**Rumo a necessária construção da greve geral!**





# PDV (programa de desligamento voluntário) e avaliação por desempenho: a reforma trabalhista impactando o serviço público



Ao tratarmos da reforma trabalhista e da terceirização irrestrita, a pergunta que tem sido feita por muitos colegas é: mas, em que a reforma nos afeta se temos regime diferente de trabalho?

Bom, inicialmente é preciso afirmar a necessidade de pensarmos do ponto de vista de solidariedade de classe, ainda que as reformas não nos atingissem de forma direta só o massacre que tais medidas representam para os trabalhadores do setor privado já é motivo suficiente para a indignação e mobilização conjunta.

Entretanto, é falso pensar que os servidores federais ficarão em uma redoma com manutenção de direitos enquanto as condições dos trabalhadores do setor privado piora de forma tão intensa. Os ataques aos servidores públicos têm o objetivo de fazer com que se enxugue o quadro de servidores para que se possa contratar trabalhadores precarizados para realizar as mesmas funções.

São diversos mecanismos já em implantação para forçar a redução de trabalhadores concursados do Estado. É a imposição de um verdadeiro PEDE PRA SAIR!

O PDV programa de desligamento voluntário que não admite trabalhadores em condições de aposentadoria é um desses ataques. O enfoque dado pelo plano é justamente os trabalhadores que lutaram muitos anos para se manter no funcionalismo.

Além do PDV, cumprindo o mesmo papel, mas direcionado a todos os trabalhadores do Estado concursados, está em tramitação o projeto de avaliação do desempenho do funcionalismo, que prevê a demissão do trabalhador que não atingir o conceito desejado.

Além de reforçar a lógica produtivista e competitiva presente também no funcionalismo, o projeto também visa a retirada da estabilidade dos trabalhadores do Estado.

O projeto de lei (PLS 116/2017 ) prevê que produtividade e qualidade serão os fatores avaliativos fixos, associados a outros cinco fatores variáveis, escolhidos em função das principais atividades exercidas pelo servidor no período. Estão listados, entre outros, “inovação, responsabilidade, capacidade de iniciativa, foco no usuário/cidadão” estabelecendo na avaliação se o trabalhador supera (S), atende (A), atende parcialmente (AP) ou não atende (N), prevendo a demissão a partir do atende parcialmente.

Tais medidas estão acompanhadas de cortes sistemáticos de verba na Rede Federal. O que não nos permite trabalhar com qualidade, intensifica as cobranças e o assédio moral institucional, que são sentidos em todos os locais de trabalho.

Assim, seja com projetos de lei como o PDV ou com a criação de condições que inviabilizam o trabalho. O objetivo é o mesmo: a expulsão e o isolamento dos trabalhadores estáveis. Por isso, precisamos não somente resistir aos ataques ao funcionalismo, mas atuar de forma a barrar todas as medidas de precarização e retirada de direitos dos trabalhadores.

Estamos posicionados em diferentes categorias e carreiras no serviço público, mas permanecemos sendo uma só classe trabalhadora!

**Resistir como classe é preciso!**

